

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDA FRANZ

**EDUCAÇÃO, SUPERAÇÃO DA POBREZA E CIDADANIA:
UM ESTUDO COM BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA
CIDADE DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU-PR**

CURITIBA

2016

FERNANDA FRANZ

**EDUCAÇÃO, SUPERAÇÃO DA POBREZA E CIDADANIA:
UM ESTUDO COM BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA
CIDADE DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU-PR**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Ivonete Ferreira Haiduke.

**CURITIBA
2016**

**EDUCAÇÃO, SUPERAÇÃO DA POBREZA E CIDADANIA:
UM ESTUDO COM BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA
CIDADE DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU-PR**

FERNANDA FRANZ

RESUMO

Este artigo visa responder o seguinte questionamento: O Programa Bolsa Família, na cidade de Boa Esperança do Iguaçu-PR proporciona meios para inserção/permanência dos beneficiários do Programa na Educação Escolar, para a Superação da Pobreza e Resgate da Cidadania? Para tanto, foi elaborada uma pesquisa exploratória bibliográfica, no intuito de conhecer de modo mais aprofundado por meio de livros, a realidade territorial de onde a cidade de Boa Esperança do Iguaçu está inserida, bem como, aspectos referentes ao Programa Bolsa Família, tendo a finalidade de confrontar essas informações para compreender a pobreza e possível superação desta condição, a cidadania e também a educação. Por conseguinte, para aprofundamento desta pesquisa foram realizadas entrevistas com uma amostra de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, estas tendo ciência que haveria utilização das informações prestadas em trabalho de cunho científico/acadêmico, buscando a veracidade/credibilidade de informações sobre aspectos que permeiam a temática em questão, visto transmitir ao leitor uma leitura real do cotidiano estudado. Assim, os embasamentos teóricos adotados dão vistas a situações reais e norteiam-se meio a colocação dos autores. Procura-se inicialmente apresentar o Programa Bolsa Família e suas condicionalidades, intrigando o leitor a desenvolver um olhar mais crítico com a finalidade de discussão sobre a interação dos beneficiários com o meio escolar, sua permanência no âmbito educacional, possíveis resultados positivos desta permanência, a quebra da situação de pobreza e miséria, a compreensão da influência do meio externo para educação, o aspecto social como indicador e influenciador no indivíduo quanto a frequência e participação na escola, discussões sobre conceito de pobreza como privação de capacidades, e um breve histórico das políticas sociais de distribuição de renda no Brasil. Posteriormente estas análises são trazidas para o contexto de Boa Esperança do Iguaçu, onde são trabalhados os resultados da pesquisa em confronto com as informações anteriormente discutidas, resultando diretamente nas respostas inicialmente objetivadas, que conclui que neste contexto o Programa Bolsa Família contribui diretamente para Educação, Superação da Pobreza e Resgate da Cidadania .

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Pobreza. Cidadania.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza e desigualdades sociais sempre fizeram parte do cenário brasileiro, bem como a precariedade do acesso a educação para os indivíduos que se encontravam nesta situação. A consequência da carência de atenção básica designada a estes, fez com que, muitas vezes, esse esquecimento de direitos aos olhos dos governantes e restante da sociedade, fizesse essa situação perpetuar por gerações. Conforme citado por COUTINHO (p.21) “a pobreza e a desigualdade social acompanham o Brasil historicamente. [...] A desigualdade no Brasil é uma das mais elevadas do mundo,[...]”.

Milhares de brasileiros fora do ensino regular, à margem das desigualdades sociais no âmbito da saúde, cultura, habitação, entre outros, só poderia resultar em comprometimento da autonomia tanto financeira quanto pessoal e social destes indivíduos, ocasionando violação direta da cidadania e do bem-estar social dos mesmos. Nesse sentido citamos Rego (2014, p.157) que nos apresenta dois tipos de pobreza, sendo a primária definida pela dificuldade ou impossibilidade de satisfazer necessidades básicas; e a secundária pelo fato dos recursos que são destinados as famílias sem que sua situação de vulnerabilidade seja levada em consideração para tomada de possíveis ações que venham solucioná-las definitivamente.

Refletimos então um pouco sobre o que nos é citado acima. Quando a pobreza primária nos é definida, compreendemos as necessidades básicas comprometidas, como o acesso a moradia, saneamento básico, educação, cultura, esporte, lazer, saúde dentre outros direitos fundamentais. Na pobreza primária o indivíduo não vive, sobrevive, de modo precário. Quando se apresenta a pobreza secundária, nos deparamos com os serviços sendo ofertados, mas sem o comprometimento de mudar a real situação em que essas pessoas estão perpetuando, onde, lhes são ofertados serviços muitas vezes sem levar em consideração suas reais condições e a qualidade daquilo que esta se apresentando. Podemos então considerar a pobreza secundária como o acesso a serviços de um modo que supre as necessidades básicas do indivíduo, mas não o tira das condições de vulnerabilidade/miséria e nem o assiste de modo adequado.

Assim, em contrapartida ao apresentado acima, tem-se as Políticas Públicas, as quais devem ser pensadas no contexto da pobreza de modo a buscar meios de

sanar esta situação, com resgate dos direitos violados, visando proporcionar as pessoas além daquilo que lhes cabe como básico, para que deste modo sejam desvinculadas definitivamente dessa situação por ações que visem à autonomia e busca de oportunidade própria de cada indivíduo.

Mais que solucionar a fome, a situação de moradia na rua, o sofrimento e a humilhação, as políticas públicas devem vir para resgatar a autonomia, a cidadania, a liberdade, e tornar os sujeitos políticos cada vez mais críticos quanto a sua condição e visão da sociedade que integram.

Uma dessas políticas criada na perspectiva de olhar para inclusão social do sujeito é o Programa Bolsa Família, alvo deste estudo. Discussões divergem sobre o objetivo e eficácia do mesmo, mesclando indagações quanto às situações politicamente estabelecidas, a desigualdade muitas vezes já vista com normalidade e a distribuição de renda como meio da permanência do sujeito na situação vulnerável.

Deste modo, no decorrer deste trabalho, apresenta-se um pouco mais sobre o Programa Bolsa Família, e visualizando este no contexto do Município de Boa Esperança do Iguaçu – PR, por meio de pesquisa com uma amostra de famílias beneficiárias, tem-se a fim de verificar se vem sendo desempenhadas as ações a que o Programa se propõe, e por consequência como as famílias estão sendo assistidas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Contextualização do Programa Bolsa Família

Através de pesquisa bibliográfica exploratória, buscou-se contextualizar o Programa Bolsa Família, vista a necessidade de primeiramente expor ao leitor sobre a história do Programa, os objetivos do mesmo, e o papel que busca na realidade dos que são beneficiários. Assim, neste capítulo o objetivo é apresentar os aspectos gerais do PBF, para posteriormente relacioná-lo à pesquisa realizada no Município de Boa Esperança do Iguaçu- PR.

Cita Coutinho(2016) que anteriormente ao Programa Bolsa Família existiram alguns Programas de Transferência de Renda, os quais exigiam contrapartidas e se

desenvolviam apenas em algumas cidades, não em abrangência nacional como o PBF¹, como foi o caso do Distrito Federal que em 1995 tinha o Programa Bolsa Família para Educação, e da Prefeitura de Campinas que tinha o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima.

Na condição de Governo Federal, o primeiro programa de Transferência de Renda condicionada foi criado em 1996, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, que é o Programa para Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Este programa foi implementado em poucos municípios, os quais concentravam crianças em exposição a alto risco de trabalhar em atividades perigosas (COUTINHO, 2016).

Na seqüência, no ano 2000 o Instituto da Cidadania reunindo especialistas em políticas sociais propôs um projeto cujo foco a segurança alimentar, compreendendo que todos os brasileiros deviam ter garantida uma alimentação adequada à sobrevivência e a saúde em termos de quantidade, qualidade e regularidade. Tinha-se então o Programa Fome Zero, o qual se tornou proposta de campanha presidencial de Lula e prioridade em sua gestão entre 2003-2010, sendo um dos pilares da política social de seu governo; programa esse que previa ação integrada de três conjuntos de política articulados entre si que são política estrutural, políticas específicas e políticas locais, que viriam mais tarde a fundamentar parte do PBF (COUTINHO, 2016).

Partindo do contexto do Programa Fome Zero, e também tratando-se de uma política estrutural, o Programa Bolsa Família veio fazer junção dos benefícios por meio de transferência de renda antes executados de forma fragmentada, conhecidos como Auxílio-Gás, Bolsa-Alimentação, Cartão Alimentação e Bolsa-Escola. Foi criado em 20 de Outubro de 2003 pela medida provisória nº 132, posteriormente transformado na Lei nº 10.836, de 09 de Janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto Nº 5.209 de 17 de Setembro de 2004.

Assim sendo, o Programa Bolsa Família é um Programa de Transferência direta de renda que segundo COUTINHO (2016, p.66) “[...] visa à promoção da inclusão social, contribuindo para emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade.”.

¹ PBP - Programa Bolsa Família.

É responsável pela coordenação, gestão e operacionalização deste Programa o Ministério da Educação e Combate a Fome – MDS. Vinculado ao MDS está o Conselho Gestor do Programa Bolsa Família - Órgão colegiado de caráter deliberativo, previsto pelo art. 4º da Lei no 10.836, de 2004, e na Lei no 10.869, de 13 de maio de 2004, o qual tem por finalidade formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, e também apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas.

Os programas de transferência de renda, assim como todas as políticas de Estado voltadas para a área social, são uma conquista da sociedade. No caso do Bolsa Família, uma conquista que ganhou reconhecimento internacional por sua gestão e pelo papel que cumpre dentro de uma rede de proteção e promoção social (ANANIAS,2006, não paginado *apud* COUTINHO, 2016, p.65)

Conforme Decreto Nº 5.209 de 17 de Setembro de 2014² os objetivos básicos do Programa Bolsa Família são

Art. 4º [...] I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; IV - combater a pobreza; e V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

Quando no primeiro objetivo é citada a promoção do acesso à rede de serviços públicos, especialmente de Saúde, Educação e Assistência Social, podemos citar as condicionalidades desse Programa e o papel que este busca na realidade dos que são beneficiários.

É sabido que o dinheiro destinado dessa transferência direta deve ser complementar a renda familiar propiciando meios da criança permanecer na escola e com condições dignas poder alimentar-se e se desenvolver. Conforme aponta a

² Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm. Acesso em 18 de agosto de 2016, às 09:42 hrs.

Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004³, que cria o Bolsa Família e dá outras providências, uma das condicionalidades estabelecidas para a manutenção do benefício é que a criança tenha frequência de 85% em ensino regular, onde além disso, deve estar com as vacinas em dia, e caso a mãe esteja grávida realizando o pré-natal corretamente.

Conforme citado anteriormente, estas ações visam nortear o acesso aos direitos fundamentais da criança, fazendo com que lhes sejam assegurados Saúde, Educação e Assistência Social o que é básico. Mas, quando se fala em Educação pode-se pensar na inserção da criança nesta como um processo mais amplo, que vai buscar muito mais do que o cumprimento de uma condicionalidade, vai ajudar o indivíduo a se descobrir.

A educação quando ofertada ao cidadão com qualidade trás consigo mais do que inicialmente ele buscava, trás a esperança, autonomia do indivíduo, e sua inclusão social. COUTINHO (2016, p.119) aponta que “O analfabetismo, no Paraná, continua sendo um problema social relevante [...] há um importante contingente de jovens adultos na condição de analfabetos funcionais[...]”. Neste sentido, assegurar que a criança esteja na sala de aula visa interromper esse ciclo geracional de analfabetismo e conseqüente comprometimento no mercado de trabalho, procurando a mudança desse cenário.

Todavia, esta sala de aula de escola pública e educação básica devem estar preparadas para reconhecer a vulnerabilidade social como parte integrante de seu ensino, para que essa condição não se torne um agravante. É preciso que a Escola compreenda em seu ensino aprendizagem a comunidade e suas expressões sociais. Deve buscar oferecer ao aluno educação responsável e de qualidade, sem deixar de lado as particularidades do meio em que vive. É necessário que seja realizado um trabalho que faça os pais conhecerem o ambiente em que seu filho está, para que quando esteja em casa saiba de que modo pode auxiliar.

Assim, partimos da perspectiva mais abrangente e vamos para a cidade de Boa Esperança do Iguaçu, onde mediante pesquisa foi abordado o Programa Bolsa Família e se este interferiu de modo significativo para inserção/permanência dos beneficiários do Programa na Educação Escolar, para a Superação da Pobreza e Resgate da Cidadania.

³ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm. Acesso em 18 de Agosto de 2016 às 14:56 hrs.

3 ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU – PR

3.1 Contextualização do Município de Boa Esperança do Iguaçu - Pr

A emancipação política do município de Boa Esperança do Iguaçu ocorreu em 26 de abril de 1990, através da Lei Estadual nº 9231, sendo instalado em 1º de janeiro de 1993, que foi desmembrado do município de Dois Vizinhos. Está localizado na Região Sudoeste do Paraná e apresenta uma área espacial bastante limitada com total de 151.797 Km² onde é constituído pelo espaço urbano e oito comunidades rurais. (IBGE, 2010)

De acordo com dados do IBGE (2010) a população é de 2.764 habitantes, sendo 1.402 homens e 1.362 mulheres. Esta população está concentrada em maior quantidade na zona rural, sendo 1.811, enquanto na área urbana concentra-se 953 habitantes.



Figura 1 - População de Boa Esperança do Iguaçu – PR
 FONTE: IBGE, 2010.

A situação econômica da população é baseada na agricultura voltada para o desenvolvimento de monoculturas, tendo principalmente o cultivo de soja, milho, trigo e outras porções de cultivo de mandioca, cana-de-açúcar, feijão e fumo (em folha) e ainda o desenvolvimento de matéria-prima para a agroindústria como: avicultura, suinocultura e pecuária leiteira. Na busca da diversificação o município está iniciando a criação de peixes em tanques redes, localizados no lago.

Também, apresenta setor industrial em desenvolvimento, caracterizando o município como produtor de matéria-prima, com um quadro sócio-econômico lento, mas progressivo. Destacam-se atividades de pequeno porte como área têxtil, do vestuário - Jeans e artefatos de tecido, madeiras - compensados e cooperativas de grãos.

O IDH-M de Boa Esperança do Iguaçu em 1991 era de 0,662. Em 9 anos evoluiu, alcançando o índice de 0,741, representando um crescimento em torno de 12%. Em 2010 apresentou o índice de 0,700, reflexo importante detectado principalmente em função dos recursos garantidos por lei para educação e saúde, que refletiram no aumento dos índices de educação e longevidade. A renda per capita, em Boa Esperança do Iguaçu é de R\$ 443,43 reais. (ACERVO DOCUMENTAL DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, 2016)

O abastecimento de água no Município de Boa Esperança do Iguaçu tem abrangência de 100% no meio urbano e 12,7% no meio rural. Destes domicílios com abastecimento de água da SANEPAR estão incluídos no Programa de baixa renda da água, 16 domicílios, conforme informa a responsável pelos encaminhamentos na Assistência Social de Boa Esperança do Iguaçu, mês de Novembro/2016.

Na Saúde tem-se uma Unidade de Saúde, tipo NIS 1, que atende a população urbana e rural, para vacinações de rotina, exames preventivos e atendimento ambulatorial, e um posto de Saúde na comunidade de Nossa Senhora do Carmo. Ainda, a estrutura conta com o Centro de Saúde Básico de atendimento Integral à Mulher e a Criança.

Quanto à educação conta com a Escola Municipal Clóvis Cunha Vianna, Colégio Estadual Boa Esperança do Iguaçu, e o Centro Municipal de Educação Infantil Criança Esperança. Também a Escola Especializada Raio de Luz que atua em parceria com a APAE no atendimento de pessoas com deficiência.

Na área do Esporte o município apresenta estruturas regulares para as práticas de atividades esportivas e de lazer, contando na sede urbana com um Ginásio Poliesportivo, Campo de Futebol e Quadra coberta.

O município de Boa Esperança do Iguaçu possui em seu território uma potencialidade turística rural muito forte, em face de sua paisagem e de seus elementos naturais relevantes, que ainda é pouco explorado, mas que pode ser potencializado agregando uma melhor infra-estrutura pública tanto viária como de

estruturas físicas no interior do território as atividades náuticas, de pesca, de aventuras, de esportes radicais e outras.

A Política de Assistência Social Municipal de Boa Esperança do Iguaçu possui a Secretaria de Assistência Social, na qual encontra-se o Órgão Gestor e o CRAS⁴. O Órgão Gestor tem papel de gerir os recursos destinados a Assistência Social, onde em parceria com empresas, promove cursos que são direcionados a vários públicos, inclusive, mães beneficiárias do Programa Bolsa Família por meio do PAIF. Ainda tem-se o equipamento CRAS que por sua vez desenvolve trabalhos com as famílias no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos o qual atende crianças de 0 a 06 anos, crianças e adolescentes de 07 a 16 anos, jovens de 17 a 19 anos, e idosos, onde, são desenvolvidas atividades recreativas, desportivas, artesanais, palestras sobre prevenção, saúde e higiene e auto-estima acompanhadas por profissionais com formação e devidamente qualificados.

Além disso, o equipamento Centro de Referência de Assistência Social – CRAS vem desenvolvendo atividade de acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS; Realização de atendimento particularizado e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS; Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; Realização de busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir o aumento de incidência de situações de risco; Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; Realização de encaminhamento, com acompanhamento para a rede socioassistencial; Realização de encaminhamento para serviços setoriais; Reuniões sistemáticas para o planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos, entre outros; Encaminhamento para a assessoria jurídica do município e/ou serviços jurídicos gratuitos de processos de encaminhamento do Benefício de Prestação Continuada - BPC; Solicitação de documentos diversos; Cadúnico/ Bolsa Família – Atendimento, orientação a 120 famílias que recebem o Benefício; Benefício de Prestação Continuada - BPC – Encaminhamento, acompanhamento dos beneficiários através de visitas domiciliares, solicitação de documentos, encaminhamentos a serviços, programas e projetos existentes no município; Execução do PAIF, mediante a execução de atividade socioeducativas,

⁴ Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

através de reuniões, palestras, rodas de conversa, oficinas; Programa Luz Fraterna – serviço de orientação e encaminhamento; Tarifa Social da Água – orientação, encaminhamento para famílias expostas a diversas vulnerabilidades sociais; Programa do Leite das Crianças – Orientação e encaminhamento; Atividades de geração de renda – Recursos do IGD – Índice de Gestão Descentralizada; entre outras atividades.

A Secretaria de Assistência Social em Parceria com o Departamento de Saúde desenvolve ações com o público de Mães e Gestantes, sendo atendidas as gestantes em sua totalidade, uma vez que o município é de pequeno porte e isso se faz possível. Procura-se orientar as futuras mães sobre os cuidados com higiene, nutrição e acompanhamento médico, além de trabalhar o bem-estar e a auto-estima das e estimular o vínculo da mãe com o bebê, transmitindo amor e confiança para o desenvolvimento desse novo ser e todos os cuidados necessários com o bebê. As gestantes são orientadas através de palestras, reuniões, encontros.

Além das atividades mencionadas, dada à responsabilidade da coordenação da Política de Assistência Social, os Fundos do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e Conselho Municipal dos Direitos do Idoso- CMDI estão subordinados operacionalmente à Secretaria de Assistência Social e vinculado aos respectivos Conselhos Municipais.

A população potencialmente usuária da Assistência Social somam 250. Observando que o município possui 9 comunidades no interior, das quais, segundo dados do Cadúnico, a vulnerabilidade social destaca-se mais nas comunidades de Fazenda Veroneze, Nossa Senhora do Carmo e Cerro Azul, visto que apresentam os maiores números de beneficiários do Programa Bolsa família. Deve-se dizer que na zona urbana se percebe através do Cadúnico um número considerável de beneficiários do PBF.

O município apresenta ainda setor industrial em desenvolvimento, o que por sua vez oferece poucas vagas de emprego, o que caracteriza um quadro econômico lento, mas progressivo, no entanto com um baixo valor fiscal adicionado no setor industrial. Além disso, muitos dos moradores não possuem mão-de-obra qualificada, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho formal, sendo que, a maioria das famílias utiliza-se do trabalho temporário e outras não possuem renda para se manterem, ficando a mercê de serviços e programas sociais.

Diante da realidade territorial mencionada, observa-se que as situações de vulnerabilidade social apresentam-se da seguinte forma: ausência de renda, pobreza, desemprego, fragilização e conflitos nos vínculos familiares. Em relação à situação de risco social observa-se a seguinte situação: cumprimento de medidas socioeducativas, abuso sexual, maus tratos, violência física e/ou psíquica em todos os ciclos geracionais, uso de drogas lícitas e ilícitas.

3.2 Apresentação da Pesquisa e Resultados

Na pesquisa realizada foram entrevistadas 15 mulheres mães beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes no Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, as quais foram selecionadas de modo aleatório conforme listagem de beneficiários fornecida pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, representando 13% da totalidade dos beneficiários. Na pesquisa, realizada por meio de entrevista estruturada, baseada em entrevista contida no material do Módulo II do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, foram abordados aspectos referentes às suas condições financeiras, educação, saúde, moradia, entre outros, com a perspectiva de analisar se houve alguma mudança nesses fatores após receberem o benefício, considerando como era a realidade antes desse auxílio.

Antes de ser dado início aos questionamentos foi destacada a importância da veracidade das respostas, visto ser um trabalho de cunho científico, onde no decorrer da realização das perguntas pode-se constatar a transparência nas respostas, tendo a pesquisa apenas alguns pontos irrelevantes como dificuldade.

O primeiro dado questionado aos participantes para que pudesse ser apresentada uma pesquisa consistente, foi o número de integrantes da família. Cerca de 73 % apontaram que residem em sua residência 5 ou menos pessoas, onde apenas 20% tem 6 pessoas no domicílio e 6,6% (um caso) tem 9 pessoas residindo sobre o mesmo teto. Quando questionados sobre o parentesco daqueles que residiam na casa, em unanimidade das entrevistas foi constatado que se tratava de marido/esposo e filhos, dado o fato de que as entrevistadas eram todas mães beneficiárias.

Ao ser questionado sobre a composição da renda e quantas pessoas trabalhavam na casa para compor a mesma, constatou-se que 20% dos

entrevistados alegaram que nenhum dos que residiam trabalhavam; 46,6 % apontaram 01 pessoa trabalhando, sendo que, destes cerca de 71% trabalhavam de modo autônomo, e apenas cerca de 28% de modo formal. Os 33% restantes indicaram que há 2 trabalhadores remunerados, mas em sua totalidade de modo autônomo sendo agricultor, diarista ou trabalhando com gado leiteiro.

Foram questionadas então as entrevistadas sobre outras questões, inclusive sobre escolaridade, sendo que 86,6% responderam que pararam de estudar entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental; 6,6% não estudaram, e 6,6% tem ensino médio. Em relação a isso, Camargo et al (2013) observou em seu estudo um nível de escolaridade muito baixo entre beneficiários do PBF, visto que 69% dos avaliados não possuíam sequer o ensino fundamental completo. Na região Nordeste do Brasil, por exemplo, 20,3% dos beneficiários com 25 anos ou mais eram analfabetos.

No estudo aqui realizado, quando questionados sobre a escolaridade dos filhos, mudam-se as perspectivas. As entrevistadas apontaram que todos os filhos em idade escolar frequentam a escola todos os dias, ausentando-se esporadicamente em alguma situação de saúde, visto que, mesmo residindo mais distante da escola, é ofertado transporte gratuito e o acesso com estradas em boas condições.

Todas almejam que os filhos permaneçam na Escola, sendo que, cerca de 87% tem a perspectiva que seus filhos tenham acesso ao Ensino Superior e 13% que concluam pelo menos até o Ensino Médio. Perguntadas sobre a opinião dos filhos quanto a essa perspectiva de almejar um futuro com base nos estudos, 20% coloca que não tem certeza do que os filhos pensam para si mesmos, mas que, irão orientar para que seja pensada uma formação, visto a facilidade em que é ofertado o ensino e a dificuldade de nos dias atuais não ter estudo, como foi difícil para os pais o sustento sem renda. Os 80% restantes acreditam que cursar Ensino Superior seja também a opinião que prevalecerá entre os filhos, citando que os mesmos falam em estudar e fazer faculdade, e alguns já almejam profissões como Advogado, Odontóloga, Médico Veterinário, Eletricista, Médica.

Salienta-se que a educação é uma das condicionalidades deste Programa. Neste âmbito, mais do que incentivar a continuidade da participação de crianças e adolescentes na escola, também é fundamental aumentar as probabilidades de sucesso econômico ao longo da vida, ou ao menos ampliar os horizontes de opções

para as escolhas futuras (KERSTENETZKY *et al.*, 2009). Este aspecto é comprovado pelas falas das entrevistadas demonstrando probabilidades de adesão de seus filhos em cursos superiores no intuito de melhores opções de emprego e renda.

Ainda quanto a este tema, infere-se que as condicionalidades estabelecidas pelo programa estão voltadas à saúde e educação, de modo que o atendimento das mesmas possibilitaria o acesso e a inserção de indivíduos pobres nos serviços sociais básicos e também poderia favorecer para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza, configurando, assim, uma espécie de “porta de saída” para estas situações (PARENTE, 2015, p.31).

Ainda no que se refere aos entrevistados, quando perguntados sobre o Bolsa Família, como é gasto, quem decide onde será destinado o valor do benefício, e porque é importante receber este, em suma foi respondido que é gasto com o que emerge no momento, sendo roupa, calçado, material escolar, comida, e manutenção da casa. Quem decide onde o valor será gasto são os responsáveis pela casa (pai e mãe), apresentando que é de suma importância o recebimento do benefício para conseguir gerir as despesas alimentares e manter as vestimentas, materiais dos filhos para permanência na escola.

Quanto a isso, semelhantemente observado aqui, estudo realizado com o intuito de encontrar o perfil das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no Brasil, observou que o dinheiro do Programa é aplicado 87% em alimentação (no Nordeste chega a 91% enquanto no sul a 73%); 46% (no Norte chega a 63,5% enquanto no Nordeste a 40%) material escolar e 37% vestuário (IBASE,2016).

Ainda, no estudo em questão, também houve relatos em que um entrevistado coloca que participando das atividades do PAIF (desenvolvidas para famílias beneficiárias do PBF), os indivíduos que antes sentiam-se desassistidos, hoje sentem-se parte de um grupo e isso é muito bom. Neste aspecto, respalda-se que o Programa Bolsa Família representa uma política de desenvolvimento no sentido de aumentar capacitações e também o bem estar dos indivíduos (KERSTENETZKY *et al.*, 2009).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa pode-se compreender a importância do Programa Bolsa Família na realidade dos indivíduos do Município de Boa Esperança do Iguaçu- PR. Compreende-se que a economia local ainda está em desenvolvimento e, deste modo, muitas são as dificuldades para manutenção das famílias.

Constatou-se que realmente este benefício agregou não somente financeiramente as condições das famílias, mas sim, nos demais fatores na vida dos beneficiários. Respondendo a pergunta inicialmente elaborada, o Programa Bolsa Família contribui para a manutenção de indivíduos no meio escolar, para a melhoria na condição de alimentação, vestimenta, entre outros aspectos, o que faz com que seja relevante este estudo.

Ressalta-se, a importância da promoção que ocorre face as atividades desenvolvidas junto ao Programa Bolsa Família, sejam elas de cunho que envolva geração de renda, ou de orientação (palestras, seminários, encontros mensais) que proporciona a estes uma visão holística e multifacetada da realidade por eles até o momento vivenciada junto a sociedade, para que haja a busca pelo rompimento de situações que os permeiam nesta situação, visando a busca pelo acesso aos que lhe é de direito, e conseguinte autonomia e desenvolvimento pessoal e social.

Conclui-se, portanto, que o Programa Bolsa Família na Cidade de Boa Esperança do Iguaçu- PR, não trouxe consigo apenas resultados estatísticos, financeiros, mas também, atuou na mudança direta na vida dos indivíduos, propiciando meio para sua inserção social, busca por autonomia, e permanência no âmbito escolar, além de favorecer que futuramente estes beneficiários sejam agentes transformadores no seio familiar e na comunidade local onde convivem.

Ademais, evidencia-se a importância de mais estudos que abordem os impactos deste programa na educação, em vistas às dificuldades para o encontro de resultados recentes sobre os impactos do Programa na realidade dos beneficiários.

5. REFERÊNCIAS

COUTINHO, Daniela Schneidewind Ribeiro. **O Programa Bolsa Família: evolução e efeitos na redução da pobreza**. 1ª Ed. – Curitiba : Appris, 2016.

GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce. **Educação, pobreza e desigualdade no Brasil: impedimentos para a cidadania global emancipada**. Brasília: Líber Livro, 2009.

REGO, Walquiria Leão. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. 2ª Ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=410302&search=parana%7Cboa-esperanca-do-iguacu%7Cinphographics:-history&lang=_ES. Acesso em 16 de Agosto de 2016 às 14:36 hrs.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). **Repercussões Do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas**. Junho 2008. Disponível em : <http://www.jornalgrandebahia.com.br/wp-content/uploads/2014/05/Pesquisa-IBASE-Sobre-uso-dos-recursos-fianceiros-do-Bolsa-Fam%C3%ADlia.pdf> Acesso 18 de Agosto de 2016, às 17:45 hrs.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do programa bolsa família**. *Dados* [online]. 2009, vol.52, n.1, pp.53-83. ISSN 0011-5258. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582009000100002>.

Decreto Nº 5.209 de 17 de Setembro de 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm, Acesso em 18 de agosto de 2016, às 09:42 hrs.

Parente, Rodrigo Lira. **Contemporaneidades na governança do Programa Bolsa Família: uma análise à luz do índice de gestão descentralizada-municipal (IGD-M)** – 2015. Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15849/Trabalho%20Final%20IGD-M%20RLP.pdf?sequence=1> Acesso em 31 de Outubro de 2016.

APÊNDICE A – Questionário de Entrevista com Beneficiários do Programa Bolsa Família para construção do Trabalho de Conclusão de Curso – Especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social.

Data da Entrevista:

Entrevistador:

Local / Cidade:

Nome Entrevistado (Iniciais):

1. Quantas pessoas moram na casa do entrevistado?

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

Outro:

2. Especificação do Grau de parentesco dos moradores:

3. Quantas pessoas, na casa, trabalham para compor a renda familiar?

1

2

3

4

5

Outros

4. Se possível identificar o vínculo empregatício dos trabalhadores e relatar abaixo

5. A família possui renda regular mensal?

Sim

Não

6. O valor da renda é fixa ou há variação? Se varia, do que depende essa variação?

7. Qual a renda familiar mensal?

8. Qual a escolaridade do Entrevistado

- () Não Sabe
- () Não frequentou a Escola
- () Anos iniciais do Ensino Fundamental ou Similar
- () Anos finais do Ensino Fundamental ou Similar
- () Ensino médio Incompleto
- () Ensino médio Completo
- () Ensino Técnico ou Profissionalizante
- () Ensino Superior
- () Outro

9. Quem recebe o Bolsa Família?

10. Como era o cotidiano da Família antes de receber o Bolsa Família?

11. O que mudou, na vida da sua família, depois que começou a receber a bolsa Família?

12. Como se decide onde e como será utilizado o Bolsa Família?

13. Como era a alimentação da família antes do Bolsa Família? Como é hoje?

14. As crianças estão frequentando a Escola? Qual?

15. A Escola é localizada longe da residência? Tem transporte? Qual o tempo de locomoção e as condições da estrada?

16. As crianças frequentam a escola todos os dias?

17. Se não frequenta, qual os motivos?

18. Até que serie o entrevistado quer que a criança ou as crianças estudem?

- () Ensino Fundamental – 1º a 5º Ano
- () Ensino Fundamental – 6º a 9º Ano
- () Ensino Médio
- () Ensino Superior
- () Outro:

19. Considera que a(s) criança(s) também pensarão dessa forma?

20. Você considera em geral o Bolsa Família importante por quais motivos?

OBSERVAÇÕES: